

O Projovem Urbano é um programa de inclusão social do governo Federal mediado pela Secretaria Nacional da Juventude. Destina-se a jovens de 18 a 29 anos de idade alfabetizados que não tenham completado o Ensino Fundamental. Seu objetivo é inserir estes sujeitos na escola e no mundo do trabalho, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania. Em Porto Alegre o projeto funciona em 10 diferentes unidades (núcleos) em regiões consideradas de vulnerabilidade social. O Núcleo Ilhas localiza-se na Ilha das Flores e Ilha Grande dos Marinheiros, sediados nas escolas EEEF Oscar Schimdt e EEEF Alvarenga Peixoto respectivamente. Para o funcionamento das atividades professores, merendeiras e colaboradores trabalham às noites - as aulas são noturnas beneficiando os alunos trabalhadores. Como incentivo os alunos recebem uma bolsa-auxílio de R\$100,00 mensais. O Núcleo Ilhas contempla cerca de 160 alunos, porém na prática muito menos da metade frequenta ao programa. Na perspectiva dos sujeitos, a desistência é ocasionado por diversos fatores, sendo alguns deles: difícil transporte dentro das ilhas, gravidez durante programa, falta de significações da escola, dificuldade de convívio entre grupos rivais, atraso no pagamento das bolsas, entre outras. Além disso, a falta de amparos institucionais minam a credibilidade das propostas do Projovem – em última análise colocam em cheque a utilidade, a viabilidade, a ética e a precisão do programa. Sob esta perspectiva realizo uma análise sobre endereçamento – a quem se destina o Projovem Urbano? Que tipo de política pública é esta? Qual meu papel como profissional da educação sob estas circunstâncias? Neste trabalho apresento os problemas de *práxis* através de relato sobre minha experiência como educador no arquipélago de Porto Alegre.